



Número: **0801743-76.2018.8.20.5101**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jardim de Piranhas**

Última distribuição : **02/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA ELIZABETE ABDIAS DA SILVA (AUTOR)		RALINA FERNANDES SANTOS DE FRANCA MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32202397	17/09/2018 16:08	Petição Inicial	Petição Inicial
32202826	17/09/2018 16:08	anmase e exame físico	Documento de Comprovação
32202838	17/09/2018 16:08	atedimento ambulatorial ortopédico	Documento de Comprovação
32202854	17/09/2018 16:08	BOAT	Documento de Comprovação
32202877	17/09/2018 16:08	declaração hospitalar	Documento de Comprovação
32202894	17/09/2018 16:08	doc. veículo	Documento de Comprovação
32202904	17/09/2018 16:08	docs. pessoais	Documento de Identificação
32202907	17/09/2018 16:08	encaminhamento	Documento de Comprovação
32202918	17/09/2018 16:08	evolução	Documento de Comprovação
32202992	17/09/2018 16:08	laudos pra internação	Documento de Comprovação
32203001	17/09/2018 16:08	procuração	Procuração
32203008	17/09/2018 16:08	raio x	Documento de Comprovação
32203534	17/09/2018 16:08	seguradora	Documento de Comprovação
32203543	17/09/2018 16:08	sumário de internação	Documento de Comprovação
32328536	27/09/2018 10:42	Decisão	Decisão
33156278	02/10/2018 14:05	Intimação	Intimação
33454462	08/10/2018 11:23	Despacho	Despacho
33479677	09/10/2018 08:05	Intimação	Intimação
34001550	22/10/2018 09:36	Petição	Petição
34001993	22/10/2018 09:36	petição	Outros documentos

34002 007	22/10/2018 09:36	CTPS Ana Elizabeth	Documento de Comprovação
55126 275	15/05/2020 11:15	Despacho	Despacho
55905 126	18/05/2020 12:43	Intimação	Intimação

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
DA COMARCA DE CAICÓ/RN.**

KEVIN BRYAN ABDIAS MEDEIROS, brasileiro, menor, por sua genitora ANA ELIZABETH ABDIAS DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2832133 e do CPF nº 109.627.41400, residente e domiciliado na Rua Rio Branco, 17, Santa Cecília, Jardim de Piranhas-RN, por meio de seus procuradores, com mandato incluso, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **SEGURADORA LIDER DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas:

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Autor, nos termos da Lei 1060/1950, com as modificações posteriores sofridas pela Lei 7510/1986, não possuir condições de arcar com às custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O autor foi vítima de acidente automobilístico, no dia 03/01/2018, juntamente com seus pais, na estrada que liga a cidade de Cruzeta a Acari, numa van, que ao desviarem de um animal perderam o controle do veículo, saíram da pista e se chocaram, vindo a ser atendido em hospital local e depois encaminhado para o Hospital Regional na cidade de Caicó-RN. O autor criança de 01 ano de 8 meses apresentava fratura no braço esquerdo, rádio e ulna, conforme boletim de ocorrência e cópia de atendimento ambulatorial.



Ocorre que o autor requereu administrativamente a referida indenização e recebeu o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Resultantes de Acidentes de Trânsito - DPVAT).
Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas com tratamento médico, hospitalar e de assistência social, (...)

b) **até** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação do valor da indenização.

DO DIREITO

Outrossim, convém trazer à baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da matéria.
Enunciado nº 26 TJMA: “Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da razoabilidade”.

Cansados de esperar o recebimento da indenização de forma amigável, não viu alternativa senão procurar o poder judiciário, já que a seguradora teve um prazo bastante razoável para pagar o valor restante e não o fez até agora.

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, está previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei 6.194/1974, sendo-lhe devido o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e os danos sofridos pelo autor (invalidez).

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Quanto à legitimidade passiva da Ré, eis que resta fartamente colacionado aos autos prova de sua legitimidade, senão vejamos

Número do processo: 1.0476.08.007341-6/001 Relator do Acórdão: ANTÔNIO DE PÁDUA Data do Julgamento: 17/09/2009 EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - CONSÓRCIO DE SEGURADORAS - LEGITIMIDADE PASSIVA DEMONSTRADA - PRESCRIÇÃO DA AÇÃO - INOCORRÊNCIA - SENTENÇA REFORMADA. Na cobrança do seguro DPVAT, qualquer seguradora é parte legítima para figurar no



DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO

A Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro [DPVAT](#), constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*.

O verbete sumular em análise é fruto de um largo conjunto de decisões do STJ, sendo a mais relevante delas - e que impulsionou, de uma vez por todas, a edição da Súmula - aquela tomada sob o rito dos recursos especiais repetitivos ([CPC](#), art. [543-C](#)), no **REsp 1357813**, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - [DPVAT](#). DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO [CPC](#). LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO [CPC](#).1. Para fins do art. 543-C do [CPC](#): Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - [DPVAT](#), constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio ([parágrafo único](#) do art. 100 do [Código de Processo Civil](#)); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma).

Bem como é competente a justiça comum para processar e julgar o presente feito, mesmo como valor inferior a 40 salários mínimos, uma vez que se trata de causa de maior complexidade, necessitando de realização de perícia médica para ratificação do alegado.

DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto requer:

- a) A concessão do benefício da Justiça gratuita, nos termos da lei 1060/50, por não ter os autores condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento e o de sua família.
- b) A citação do requerido, para, querendo e podendo ofereça defesa, sob pena de revelia e confissão, quanto à matéria fática e de Direito alegada.



c) A designação de audiência de conciliação.

d) A determinação da inversão dos ônus da prova em favor do autor, quando couber, com base no art. 6º, VIII, da Lei 8078/90, conforme disposto nos artigos 2º § único e 3º § 2º, ambos do mesmo diploma legal.

e) A procedência do pedido para condenar a empresa Ré a efetuar aos autores o pagamento da indenização do seguro obrigatório no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), proporcional ao dano experimentado, acrescidos de juros e correção monetária.

f) Seja marcada perícia médica, para comprovação do alegado.

g) A condenação da Ré ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, em 20% (vinte por cento) sob o valor da condenação.

Protesta provar o alegado por Todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Caicó/RN, 17 de setembro de 2018.

Ralina Fernandes Santos de França Medeiros

OAB/RN 5243

